



RESPOSTAS DA COMISSÃO EUROPEIA

AO RELATÓRIO ESPECIAL DO
TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

Estatísticas europeias: A qualidade pode ser
melhor

Índice

SÍNTESE (I-X)	2
INTRODUÇÃO (pontos 1–11)	4
ÂMBITO E MÉTODO DA AUDITORIA (pontos 12–20)	4
OBSERVAÇÕES (pontos 21–89)	4
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES (pontos 90–103)	14
Recomendação 1 – Responder melhor às necessidades dos utilizadores	14
Recomendação 2 – Procurar aumentar a independência financeira do Programa Estatístico Europeu e dar prioridade a projetos inovadores	15
Recomendação 3 – Melhorar os relatórios dos Estados-Membros sobre a qualidade e a avaliação da qualidade das estatísticas europeias	16
Recomendação 4 – Reconsiderar a prática atual de acesso antecipado às estatísticas	17
Recomendação 5 – Avaliar a viabilidade de reforçar o mandato do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística	18

O presente documento apresenta as respostas da Comissão Europeia às observações de um relatório especial do Tribunal de Contas Europeu (TCE), em conformidade com o artigo 259.º do [Regulamento Financeiro](#), a publicar juntamente com o referido relatório.

SÍNTESE (I-X)

Respostas da Comissão

I As estatísticas europeias são desenvolvidas, elaboradas e divulgadas de acordo com os princípios consagrados no artigo 338.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e estabelecidos em maior pormenor no Regulamento (CE) n.º 223/2009 relativo às Estatísticas Europeias, bem como no Código de Conduta das Estatísticas Europeias. Com o objetivo de providenciar informações estatísticas fiáveis e comparáveis, o Eurostat apoia as políticas da União baseadas em dados concretos, bem como a execução das prioridades políticas da Comissão, e informa todos os utilizadores, incluindo as empresas e o público em geral, a esse respeito.

As prioridades estatísticas da União são definidas em programas estatísticos plurianuais propostos pela Comissão e aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. O Eurostat executa o orçamento dos programas estatísticos por meio da concessão de subvenções e da adjudicação de contratos públicos.

O Eurostat elabora estatísticas europeias adequadas à sua finalidade em parceria com os institutos nacionais de estatística dos Estados-Membros e com outras autoridades nacionais responsáveis pela elaboração de estatísticas oficiais no âmbito do Sistema Estatístico Europeu (SEE), com base em normas, métodos, procedimentos, práticas e instrumentos estatísticos partilhados. O Comité do Sistema Estatístico Europeu (CSEE) presta orientação profissional ao SEE. É presidido pelo Eurostat e constituído por representantes dos institutos nacionais de estatística que integram este sistema. A estreita cooperação no âmbito do SEE visa o desenvolvimento de uma metodologia estatística para harmonizar e elaborar dados comparáveis em todos os Estados-Membros, que são publicados no sítio Web do Eurostat de acordo com os calendários de divulgação disponibilizados ao público.

IV Com base nos resultados do inquérito sobre o grau de satisfação dos utilizadores realizado pelo Eurostat, a maioria dos utilizadores classifica a qualidade dos dados do Eurostat como «muito boa» ou «boa» (no último inquérito, realizado em 2020, 26 % dos inquiridos classificaram-na como «muito boa» e 46 % como «boa»), o que é corroborado pelos resultados do novo inquérito sobre o grau de satisfação dos utilizadores, realizado em 2022, em que 30 % classificaram-na como «muito boa» e 41 % como «boa».

V Desde 2018, tem vindo a ser implementado um sistema de monitorização mais sólido, baseado em indicadores de melhor qualidade. Na opinião da Comissão, os novos indicadores permitirão aferir de forma objetiva, por meio de tecnologias digitais, a pertinência, a atualidade e a comparabilidade das estatísticas europeias ao longo do tempo. Realizaram-se duas avaliações intercalares e uma avaliação final da execução do programa, abrangendo toda a sua duração (2013-2020), as quais foram publicadas no sítio Web do Eurostat.

A composição do antecessor do Comité Consultivo Europeu da Estatística, ou seja, o Comité Consultivo Europeu da Informação Estatística nos domínios Económico e Social (CEIES, no acrónimo em francês) era mais alargada. O CEIES foi a seguir simplificado, tendo sido transformado em Comité Consultivo Europeu da Estatística, com vista a torná-lo mais orientado para veicular as opiniões dos diversos utilizadores e mais eficaz neste âmbito.

Quanto às necessidades dos utilizadores, o Eurostat divulga um grande volume de estatísticas que servem para apoiar o trabalho dos utilizadores nos domínios objeto de auditoria, mesmo que seja necessário melhorar alguns aspetos, o que está atualmente a ser analisado pelo Eurostat.

VI O Eurostat financia atividades estatísticas sempre que a legislação preveja esse financiamento. Em relação a todas as atividades estatísticas, incluindo as atividades obrigatórias, o financiamento do Eurostat pode destinar-se a projetos que introduzam ou testem soluções inovadoras, novas fontes de dados, estudos-piloto e de viabilidade, novos domínios de intervenção eventuais no futuro, elaboração de estatísticas experimentais, introdução de melhorias igualmente sob a forma de processos estatísticos mais eficientes ou metodologias inovadoras. A Comissão concorda que convém afetar recursos suficientes ao Eurostat e às autoridades estatísticas nacionais através do Programa Estatístico Europeu, atribuindo elevada prioridade aos projetos inovadores. O acesso a recursos adicionais provenientes de outros programas da União constitui prática corrente para apoiar as necessidades estatísticas específicas das políticas da Comissão, que não podem ser cobertas pelos recursos do Programa Estatístico Europeu. Na opinião da Comissão, tal não compromete a independência profissional do Eurostat em relação a outros serviços da Comissão.

VII Os controlos no local realizados nos Estados-Membros não são necessários do ponto de vista estatístico para garantir a fiabilidade dos dados nos domínios objeto de auditoria como o procedimento relativo aos défices excessivos e o Rendimento Nacional Bruto. Na opinião da Comissão, nestes domínios o Eurostat procede a uma análise aprofundada da comparabilidade e coerência dos dados, baseando-se para o efeito em procedimentos de validação sólidos e relatórios de qualidade, bem como em discussões com os responsáveis pelas estatísticas nos Estados-Membros.

O Eurostat envidará esforços para harmonizar em maior medida os relatórios dos Estados-Membros sobre a qualidade, bem como a sua apresentação, visando igualmente melhorar a atualidade nos domínios mencionados (estatísticas sobre a saúde e as empresas), em cooperação com os Estados-Membros.

VIII Os calendários de divulgação do Eurostat assumem uma natureza exaustiva e coadunam-se com as práticas da OCDE e dos institutos nacionais de estatística em termos das informações fornecidas. Em consonância com as práticas internacionais, são prestadas mais informações nos metadados dos produtos estatísticos ou na sua descrição.

O Eurostat está a examinar as suas políticas de revisão em resposta a uma recomendação do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística.

A prática atual do Eurostat de acesso prévio à informação está em consonância com o Código de Conduta. No entanto, o Eurostat irá reavaliar as modalidades das suas atuais práticas de acesso prévio à informação.

IX As avaliações pelos pares baseiam-se numa metodologia completa e eficiente, que inclui a respetiva frequência e cobertura, aprovada pelo CSEE. A Comissão considera que a atual frequência e cobertura das avaliações pelos pares se adequam à finalidade visada.

X No que diz respeito às recomendações do TCE:

- A Comissão aceita parcialmente a primeira recomendação;
- A Comissão aceita a segunda recomendação;
- A Comissão aceita parcialmente a terceira recomendação;
- A Comissão aceita parcialmente a quarta recomendação;
- A Comissão rejeita a quinta recomendação.

INTRODUÇÃO (pontos 1–11)

11 Em conformidade com a Decisão n.º 234/2008/CE, o Comité Consultivo Europeu da Estatística tem por objetivo assistir o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, garantindo que as necessidades dos utilizadores e os custos suportados pelos fornecedores e produtores de informação sejam tidos em conta no âmbito da coordenação dos objetivos estratégicos e das prioridades da política de informação estatística da União. A composição do Comité Consultivo Europeu da Estatística é igualmente prevista por lei.

O mandato do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística consiste em assegurar uma supervisão independente do SEE no que diz respeito à aplicação do Código de Conduta das Estatísticas Europeias, conforme definido na Decisão n.º 235/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

ÂMBITO E MÉTODO DA AUDITORIA (pontos 12–20)

Nenhuma resposta da Comissão.

OBSERVAÇÕES (pontos 21–89)

Respostas da Comissão:

23 A partir de 2018, instituiu-se um sistema de monitorização mais sólido, baseado em indicadores e ligações de melhor qualidade entre as atividades e os objetivos do Programa Estatístico Europeu, conforme demonstrado na figura 4. Na opinião da Comissão, os novos indicadores permitirão aferir de forma objetiva, por meio de tecnologias digitais, a pertinência, a atualidade e a comparabilidade das estatísticas europeias ao longo do tempo. Realizaram-se duas avaliações intercalares e uma avaliação final da execução do programa, abrangendo toda a sua duração (2013-2020). A avaliação final analisou se os objetivos do programa haviam sido alcançados, sendo composta por um relatório dirigido ao Parlamento Europeu e ao Conselho e pelo documento de trabalho dos serviços da Comissão que acompanha o mesmo, ambos publicados no sítio Web do Eurostat.

25 As consultas sobre produtos específicos visam estudar o grau de satisfação dos utilizadores relativamente a esses produtos junto de um grupo-alvo específico, ou seja, as estatísticas experimentais pretendem consultar o meio académico sobre a solidez dos métodos e resultados e a consulta junto das pessoas com deficiência visa testar a acessibilidade das estatísticas através de vários meios.

Os meios a que o Eurostat recorreu para identificar as necessidades dos utilizadores incluiu também uma consulta alargada e inclusiva junto de vários grupos de utilizadores, em 2017, a denominada *Power from Statistics*, que reuniu representantes eminentes de diferentes estratos da sociedade, para indagar quais seriam as futuras necessidades em termos de informação e como poderiam ser satisfeitas pelas estatísticas oficiais europeias. Para mais informações, consultar o sítio Web do Eurostat.

26 Em conformidade com Decisão n.º 237/2008/CE, de 11 de março de 2008, os utilizadores, inquiridos e outras partes interessadas no domínio das estatísticas europeias (incluindo a comunidade científica, os parceiros sociais e a sociedade civil) são representados pelos 12 membros nomeados pela Comissão (após consulta do Parlamento Europeu e do Conselho).

A composição do antecessor do Comité Consultivo Europeu da Estatística (ou seja, o CEIES, Comité Consultivo Europeu da Informação Estatística nos domínios Económico e Social) era mais alargada. O CEIES foi a seguir simplificado, tendo sido transformado em Comité Consultivo Europeu da Estatística, com vista a torná-lo mais orientado para veicular as opiniões dos diversos utilizadores e mais eficaz neste âmbito.

28 No que diz respeito às estatísticas sobre os recursos e as atividades no domínio dos cuidados de saúde, a recolha conjunta de dados sobre a saúde, excluindo despesas, efetuada pelo Eurostat, pela OCDE e pela OMS já assegura dados significativos para satisfazer as necessidades dos utilizadores. A fim de continuar a melhorar a qualidade e a exaustividade dos dados, bem como garantir a sustentabilidade da sua recolha, o Eurostat elaborou um projeto de regulamento de execução sobre os estabelecimentos de saúde, os recursos humanos neste domínio e a utilização dos cuidados de saúde. Prevê-se que o projeto de regulamento de execução seja adotado até ao final de 2022.

A morbilidade está reconhecida a nível internacional pelos peritos como um fenómeno muito complexo de aferir do ponto de vista estatístico. O tema das estatísticas de morbilidade foi debatido com os representantes dos Estados-Membros em vários grupos de peritos do Eurostat (grupo de trabalho sobre estatísticas de morbilidade, grupo técnico sobre estatísticas de morbilidade, grupo de trabalho sobre estatísticas de saúde pública) e com os utilizadores de dados da Direção-Geral da Saúde e da Segurança dos Alimentos (SANTE). O Eurostat concede subvenções aos Estados-Membros para procederem à recolha de dados no âmbito de projetos-piloto, com o objetivo de testar a viabilidade da utilização das fontes de dados identificadas através da evolução metodológica. Os resultados da recolha de dados no âmbito destes projetos-piloto serão analisados em 2023.

29 O Eurostat aplica a definição de pequenas e médias empresas (PME) em conformidade com a Recomendação da Comissão relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE), cujo artigo 7.º reconhece que, para fins estatísticos, o único critério necessário é o número de efetivos.

No entanto, o Eurostat reconheceu a necessidade de rever a definição atualmente utilizada e de ponderar a inclusão de critérios financeiros no conjunto de critérios aplicados a fim de melhor refletir a evolução da realidade económica.

31 As subvenções também se destinam a desenvolver novas metodologias e fontes de dados no domínio das estatísticas, bem como quadros destinados a garantir a sua qualidade com base numa nova fonte de dados única ou numa combinação de fontes de dados (por exemplo, dados administrativos e megadados).

32 Na opinião da Comissão, o financiamento de atividades estatísticas através da concessão de dotações subdelegadas é realizado no respeito da independência profissional do Eurostat em relação a outros serviços da Comissão.

As necessidades específicas das Direções-Gerais refletem as prioridades dos utilizadores ou a obrigação de acompanhar e avaliar o impacto de programas de despesas específicos com base em estatísticas e dados sólidos e de elevada qualidade, e não apenas com base em estudos *ad hoc* encomendados para o efeito. As necessidades de dados por parte de outros serviços da Comissão não assumem uma natureza pontual nem de curto prazo. Estas subvenções também podem abranger estudos-piloto ou centrar-se na criação dos alicerces para utilizar novas metodologias ou novas fontes de dados – atividades que, de outra forma, não seriam financiadas a nível nacional.

Os atos legislativos adotados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho por vezes preveem o financiamento de atividades necessárias à execução do ato. Essas atividades podem referir-se a estudos-piloto voluntários para avaliar a viabilidade de novas melhorias a nível da recolha de dados no que se refere a determinados aspetos das estatísticas a elaborar, como a granularidade a nível territorial ou o desenvolvimento de metodologias para as estatísticas em causa. Noutros casos, referem-se à própria recolha e elaboração de estatísticas, por exemplo, sobre temas *ad hoc* solicitados pelos utilizadores, tal como no Regulamento (UE) 2019/1700 relativo às estatísticas sociais e no Regulamento (UE) 2019/2152 relativo às estatísticas das empresas.

33 O Eurostat financia atividades estatísticas sempre que esse financiamento seja previsto por lei. Em relação a todas as atividades estatísticas, incluindo as atividades obrigatórias, o financiamento do Eurostat pode destinar-se a projetos que introduzam ou testem soluções inovadoras, novas fontes de dados, estudos-piloto e de viabilidade, novos domínios de intervenção eventuais no futuro, elaboração de estatísticas experimentais, introdução de melhorias igualmente sob a forma de processos estatísticos mais eficientes ou metodologias inovadoras.

No que respeita aos custos de pessoal, o Eurostat aplica o artigo 186.º, n.º 4, alínea e) do Regulamento Financeiro da UE.

34 A Comissão está ciente da importância da avaliação qualitativa. Desde 2018, assistiram-se a melhorias com a introdução das subvenções eletrónicas, com o objetivo de dispor de justificações pormenorizadas a respeito de todas as subvenções. A Comissão toma nota da observação formulada pelo TCE e continuará a trabalhar nesse sentido.

No que diz respeito aos módulos do inquérito às forças de trabalho (IFT) da UE, os resumos de todos os relatórios nacionais relacionados com as subvenções estão publicamente disponíveis no [sítio Web do Eurostat](#).

39 Os problemas metodológicos complexos carecem de uma análise cuidadosa e de debates com os Estados-Membros. No intuito de assegurar a qualidade e a coerência dos dados, é importante que esses debates sejam travados de forma aprofundada antes da emissão de quaisquer orientações metodológicas.

42 Os dados sanitários, excluindo as despesas, são compilados de forma conjunta pelo Eurostat, pela OCDE e pela OMS, no respeito das normas da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) sobre os metadados solicitados. As fontes e os métodos subjacentes estão disponíveis nos ficheiros de metadados.

As estatísticas diferem em termos de fontes de dados e métodos utilizados, bem como no que se refere ao ritmo do seu desenvolvimento ao longo do tempo. Por conseguinte, a regularidade da apresentação de relatórios sobre a qualidade diverge consoante os domínios estatísticos.

43 Embora a Comissão reconheça a necessidade de continuar a harmonizar os relatórios dos Estados-Membros sobre a qualidade, bem como a respetiva apresentação, esses relatórios seguem as normas do SEE aplicáveis ao sistema integrado único de metadados no IFT e nas estatísticas das empresas e a norma do SEE para a estrutura dos relatórios de qualidade sobre as despesas de saúde.

44 e 45 Nos domínios abrangidos pela auditoria, os controlos no local nos Estados-Membros, como a respeito do procedimento relativo aos défices excessivos e ao Rendimento Nacional Bruto, não são estatisticamente necessários para garantir a fiabilidade das estatísticas. Na opinião da Comissão, nestes domínios o Eurostat procede a uma análise aprofundada da comparabilidade e coerência dos dados, baseando-se para o efeito em procedimentos de validação sólidos e relatórios de qualidade, bem como em discussões com os responsáveis pelas estatísticas nos Estados-Membros. No que se refere às estatísticas sobre a saúde e o IFT, quando necessário realizam-se controlos no local, mas estes assumem uma natureza diferente daqueles executados a respeito do procedimento relativo aos défices excessivos e do Rendimento Nacional Bruto.

46 O Eurostat acompanha de forma proativa e célere quaisquer problemas relativos aos prazos de transmissão, à exaustividade dos dados, à metodologia e à qualidade dos dados estatísticos fornecidos pelas autoridades estatísticas nacionais. São tomadas as medidas necessárias, ao devido nível, para resolver os eventuais problemas pendentes diretamente entre o Eurostat e o instituto nacional de estatística. Quando essas medidas de monitorização da conformidade ao nível dos serviços não surtem efeito, o Eurostat pondera se deve ser intentada uma ação formal a nível da Comissão.

48 O Eurostat continuará a envidar esforços para melhorar a documentação das suas avaliações da qualidade.

Caixa 1 – Exemplos de deficiências em termos de precisão

Todos os países resolveram o problema do aumento da falta de resposta a nível da participação no IFT ao longo do tempo, tendo passado a proceder a uma recolha de dados multimodal (em linha, por telefone, presencial) ou a utilizar técnicas estatísticas para substituir os valores em falta. O Eurostat apoiou os Estados-Membros através da concessão de subvenções específicas para explorar formas de limitar a falta de resposta e organizar formações e seminários para facilitar o intercâmbio de boas práticas.

No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos em matéria de precisão, para os quais os países devem fornecer desvios-padrão, o Eurostat não pode calcular os desvios-padrão por iniciativa própria, pois não tem acesso a todas as informações necessárias para a calibração provenientes de outras fontes de dados nacionais.

Ao contrário do IFT, as estatísticas estruturais das empresas não constituem um inquérito por amostragem e, por isso, não requerem o cálculo de intervalos de confiança. O Eurostat analisou sistematicamente o nível de cumprimento do Regulamento n.º 295/2008 relativo às estatísticas estruturais das empresas no que se refere à correta aplicação do conceito de «empresa» como unidade estatística na aceção do Regulamento n.º 696/93 relativo às unidades estatísticas e, em 2015, solicitou a todos os Estados-Membros em situação de inconformidade que elaborassem um plano de ação para assegurar o pleno cumprimento do referido regulamento. Os Estados Membros estão a implementar progressivamente os seus planos de ação. No entanto, trata-se de uma questão complexa que exige tempo e recursos da parte dos mesmos. O acompanhamento é assegurado pelo Eurostat mediante um balanço da situação no contexto do grupo dos diretores das estatísticas das empresas. O Eurostat concorda que a plena aplicação da unidade estatística «empresa» em muitos casos provoca uma quebra na série temporal, mas isso é inevitável. Não é necessário recalcular as séries temporais para indicadores agregados quando a quebra nas séries temporais não implicar mudanças significativas na magnitude dos números.

Embora o Eurostat reconheça a importância de adotar novas tecnologias digitais para reduzir os custos da elaboração de estatísticas e minimizar o risco de erro humano, recorrer a sistemas de recolha de dados diferentes (em papel ou por via eletrónica) não significa comprometer a qualidade.

A gestão da qualidade dos registos individuais é uma competência nacional e incumbe principalmente aos Estados-Membros garantir a codificação correta e a formação dos codificadores.

No que diz respeito à Itália, os metadados nacionais contêm informações sobre a gestão da qualidade, a codificação e o resultado da auditoria.

Nem a Finlândia nem Chipre assinalaram ao Eurostat quaisquer problemas a nível da qualidade no ficheiro nacional de metadados.

50 Consultar as respostas específicas relativas à caixa 2.

Caixa 2 – Exemplos de insuficiências que afetam a comparabilidade dos dados

No que diz respeito às estatísticas estruturais das empresas, a plena aplicação da unidade estatística «empresa» pode causar, em muitos casos, uma quebra na série temporal. No entanto, tal é inevitável devido aos conceitos divergentes. Não é necessário recalculer as séries temporais para indicadores agregados quando a quebra nas séries temporais não implicar mudanças significativas na magnitude dos números.

No que se refere às estatísticas no domínio das despesas de saúde, o Eurostat colabora, desde 2019, com os peritos dos Estados-Membros a respeito das ligações e divergências entre as contas nacionais e o Sistema de Contas da Saúde no contexto do grupo de trabalho do SEE para as despesas de saúde. Tal integra a avaliação das despesas dos operadores não comerciais no âmbito do Sistema de Contas da Saúde.

51 Todos os países têm de codificar as causas de morte de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS [em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1338/2008].

Os países devem comunicar qualquer atualização dos seus sistemas de codificação automatizados, bem como fornecer informações sobre a seleção e alteração da causa na origem da morte nos seus metadados. O Eurostat está ciente das diferenças significativas entre os países no que diz respeito à indicação de pneumonia e demência como causas de morte e, portanto, estes temas estão atualmente a ser debatidos no grupo técnico sobre causas de morte.

55 Os atrasos na apresentação de dados pelos Estados-Membros não significam automaticamente que esses dados estejam desatualizados e que o processo seja ineficaz. A duração do atraso é o fator determinante para avaliar a capacidade de utilização dos dados. Se o atraso for curto, os dados ainda poderão ser publicados para satisfazer as necessidades dos utilizadores.

Caixa 3 – Exemplos de atrasos na comunicação de dados

Despesas de saúde

Em 2020, a deterioração da pontualidade deveu-se à crise provocada pela COVID-19. Quatro países informaram o Eurostat sobre possíveis atrasos devido aos seus trabalhos no domínio das estatísticas nacionais sobre a COVID-19. O Eurostat encurtou os prazos de validação interna para garantir que os dados fossem divulgados atempadamente.

56 Em relação às causas de morte, a recolha de dados baseia-se em microdados, ou seja, em mortes individuais. Não existe uma metodologia acordada quanto à estimativa de mortes individuais. Essa estimativa acarreta o risco de não ter em conta variações importantes na evolução registada, conduzindo assim a eventuais interpretações erradas do ponto de vista epidemiológico. Portanto, não se realizaram estimativas de causas de morte para os dados agregados da França e da UE no que diz respeito a 2018.

57 Embora a Comissão reconheça as diferenças no nível de pormenor entre os dois relatórios analisados pelo TCE, deve ter-se em conta que os relatórios refletem o conteúdo e a estrutura exigidos pelos legisladores da UE em cada uma das duas instâncias. Além disso, os relatórios da Comissão dirigidos ao Parlamento Europeu e ao Conselho devem circunscrever-se a 15 páginas, o que, por sua vez, limita o grau de pormenor da informação a prestar. O Eurostat disponibiliza dados pormenorizados sobre a qualidade no seu sítio Web, não relacionados com os requisitos de apresentação de informações ao Parlamento e ao Conselho.

Caixa 4 – Insuficiências nos relatórios sobre a qualidade enviados ao Parlamento e ao Conselho

Relativamente ao relatório transmitido ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação do IFT, tal responde ao requisito consignado no artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 577/98 do Conselho, que prevê o seguinte:

«De três em três anos, e pela primeira vez no ano 2000, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a aplicação do presente regulamento. Esse relatório avaliará, designadamente, a qualidade dos métodos estatísticos que os Estados-membros pretendem utilizar para melhorar os resultados ou simplificar os sistemas de inquérito».

No que diz respeito ao relatório a transmitir ao Conselho Europeu e ao Parlamento relativo às estatísticas estruturais das empresas, tal responde ao requisito estabelecido no artigo 13.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 295/2008 relativo às estatísticas estruturais das empresas, que prevê o seguinte:

«A Comissão apresenta ao Parlamento Europeu e ao Conselho, até 29 de abril de 2011 e, posteriormente, de três em três anos, relatórios sobre as estatísticas elaboradas por força do presente regulamento, e, em especial, sobre a sua qualidade e os encargos para as empresas».

58 Os relatórios são elaborados de acordo com as disposições dos regulamentos e tendo em conta o nível de pormenor a integrar nos relatórios dirigidos ao Parlamento Europeu e ao Conselho.

Podem consultar-se informações complementares no sítio Web do Eurostat. Além disso, o Eurostat fornece regularmente informações e responde aos pedidos do Parlamento Europeu e do Conselho, por exemplo, no âmbito das perguntas do Parlamento, contactos com o Parlamento, reuniões periódicas ao nível do Conselho, conjunto de estatísticas anuais enviado ao Conselho, etc.

61 O Eurostat divulga os dados do IFT em grandes quantidades, provenientes de vários países, para responder ao pedido formulado pelos utilizadores no sentido de disporem dos dados nacionais o mais rapidamente possível, mesmo se os dados agregados da UE ainda não estiverem disponíveis. Há sempre um intervalo de tempo que decorre entre o envio e a divulgação dos dados. Tal deve-se ao facto de o Eurostat receber microdados e validar os dados, de os Estados-Membros eventualmente reenviarem conjuntos de dados corrigidos, bem como ao facto de o Eurostat calcular os indicadores e solicitar aos Estados-Membros que confirmem os principais resultados agregados antes da respetiva divulgação.

No que se refere aos dados relativos às despesas de saúde, a divulgação ocorre no mesmo ano do envio dos dados. Em 2020, devido a atrasos na transmissão de dados pelos Estados-Membros, por razões relacionadas com a crise sanitária, o Eurostat acelerou os seus controlos de validação para não criar lacunas na divulgação de dados.

62 Os calendários de divulgação do Eurostat são exaustivos e coadunam-se com as práticas da OCDE e dos institutos nacionais de estatística em termos das informações fornecidas. Em consonância com as práticas internacionais, as informações sobre a discriminação, a classificação utilizada e as metodologias, incluindo revisões correspondentes, figuram nos metadados dos produtos estatísticos ou na sua descrição. O Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística também indicou no seu relatório de 2021 que «está à disposição dos utilizadores um calendário detalhado de acesso público que abrange diferentes períodos e produtos estatísticos», o que constitui um dos trunfos do Eurostat a nível do cumprimento do Código de Conduta.

63 O Eurostat analisará o tema das políticas de revisão e examinará se as orientações existentes podem ser alargadas a outros domínios estatísticos ou conjuntos de dados.

65 O Eurostat aplicou medidas em resposta às recomendações 2015/5 e 2015/7 do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística. A Recomendação 2021/4 estabelece que o Eurostat deve analisar de forma crítica se a atual prática de conceder acesso antecipado às estatísticas se coaduna com a sua posição emblemática no âmbito do SEE.

66 O princípio 6 especifica as condições em que deve ser facultado o acesso antecipado à informação, estabelecendo nomeadamente que este deve ser limitado, justificado, controlado e publicitado. O Eurostat considera que o acesso antecipado à informação por ele facultado é limitado, justificado, controlado e publicitado, em consonância com o princípio 6 do Código de Conduta. O Eurostat faculta o acesso antecipado a determinados dados fundamentais ao conselheiro responsável pela comunicação e ao membro do gabinete responsável pela coordenação com o Eurostat no gabinete Gentiloni, à Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, à Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão e ao Banco Central Europeu, bem como a algumas agências de notícias acreditadas que recebem de antemão comunicados de imprensa, a título confidencial, através de meios eletrónicos.

67 O Eurostat considera que o acesso antecipado à informação por ele concedido é limitado, justificado, controlado e publicitado, em consonância com o Código de Conduta. O Eurostat atenuará os riscos mencionados através de um acompanhamento rigoroso das suas práticas de acesso antecipado à informação.

Caixa 5 – Investigação sobre o potencial impacto do acesso antecipado à informação nos mercados de capitais

Consultar a resposta ao ponto 67.

69 O acesso antecipado à informação é uma prática estabelecida na grande maioria dos Estados-Membros.

O indicador 6.7 do Código de Conduta das Estatísticas Europeias estabelece as regras relativas ao acesso antecipado à informação, assegurando deste modo um quadro para práticas harmonizadas a aplicar de forma independente pelas autoridades estatísticas dos países do SEE.

73 Relativamente às recomendações 1 a 4 da avaliação pelos pares de 2014 no âmbito do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística quanto à legislação sobre a nomeação e destituição dos quadros superiores, o Eurostat manifestou opiniões divergentes a este respeito,

que comunicou ao Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística. Em especial, o Eurostat considerou que o Estatuto dos Funcionários da UE, em articulação com a Decisão da Comissão relativa ao Eurostat, ambos publicamente disponíveis, corresponde aos requisitos estabelecidos pelo Código de Conduta.

Para mais pormenores, consultar a resposta ao ponto 74.

No que diz respeito ao acesso antecipado à informação, o Eurostat analisou o assunto e tomou medidas para limitar ainda mais este acesso, assegurando o seu controlo e divulgação, em conformidade com o princípio 6 do Código de Conduta (consultar as respostas aos pontos 66 a 69).

Contudo, o Eurostat continuará a avaliar de forma crítica a sua prática atual em resposta à Recomendação 2021/4 do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística.

74 Na sua resposta ao relatório de 2021, o Eurostat confirma a sua posição anterior, bem como os comentários formulados sobre o recrutamento e a destituição dos quadros superiores do Eurostat.

Mediante proposta da Comissão, o Regulamento (CE) n.º 223/2009 foi alterado em 2015 para incluir expressamente uma disposição que assegura que o procedimento de nomeação do diretor-geral do Eurostat seja transparente e se baseie em critérios profissionais. Na prática, a Comissão recrutou o diretor-geral, o diretor-geral adjunto e os diretores atuais através de concursos gerais. Além disso, o convite à apresentação de candidaturas de 2016 descrevia expressamente a função do diretor-geral do Eurostat, deixando claro que os candidatos ao cargo deviam demonstrar que possuíam as competências estatísticas necessárias para cumprir as responsabilidades inerentes ao cargo. Os artigos 7.º e 8.º da Decisão da Comissão relativa ao Eurostat descrevem a função e as responsabilidades do diretor-geral do Eurostat em termos que asseguram que ele ou ela disporá das competências profissionais relevantes para o efeito.

75 Consultar a resposta ao ponto 73.

76 O acompanhamento das medidas de melhoria da avaliação pelos pares não se baseou apenas na confiança. O Eurostat realizou controlos para verificar a sua aplicação, tendo transmitido informações periódicas ao CSEE. Deste modo, o controlo cruzado foi assegurado também ao nível desse comité.

77 De entre as 155 medidas de melhoria mencionadas no ponto 77, oito referem-se ao Reino Unido, para as quais já não há necessidade de acompanhamento, visto que o Reino Unido saiu da UE. Existem também 29 medidas que já foram integradas nas atividades dos institutos nacionais de estatística (INE) em causa, por exemplo, no âmbito do planeamento, relatórios e análises da qualidade, pelo que devem ser consideradas como aplicadas. Consequentemente, 118 medidas continuam por aplicar, representando 13 % das 910 medidas de melhoria. O Eurostat continuará a acompanhar a aplicação destas medidas.

79 Não é raro que uma alteração da legislação em matéria de estatísticas seja morosa, pois o INE tem autoridade direta apenas sobre a fase de elaboração. As consultas e a adoção pelo governo e, em seguida pelo parlamento, não se encontram sob a égide direta do INE e podem demorar mais tempo.

A fim de corrigir a falta de participação numa fase suficientemente precoce dos altos representantes das principais partes interessadas, no âmbito da terceira ronda de avaliações pelos

pares do SEE foi lançada uma campanha de informação e proposta a participação, nomeadamente, do ministério de tutela/entidade estatal responsável, a fim de serem informados sobre o processo e estarem cientes das razões na origem das recomendações sobre a revisão da legislação relativa às estatísticas.

85 A preparação e a realização de avaliações robustas pelos pares são morosas. É necessário retirar ensinamentos das rondas anteriores, alterar o Código de Conduta, caso necessário, desenvolver metodologias e documentos de apoio a acordar pelo CSEE e proceder a avaliações pelos pares.

O intervalo de tempo observado entre duas rondas de avaliações pelos pares não é considerado uma questão importante. É de notar também que o impacto da COVID-19 deslocou o período de execução da terceira ronda de 2020-2022 para 2021-2023. No que diz respeito à Eslováquia, é necessário ter em conta que a respetiva avaliação pelos pares de 2013 foi uma avaliação-piloto destinada a testar a referida metodologia de avaliação pelos pares, pelo que foi realizada antes das outras avaliações pelos pares no âmbito da segunda ronda.

86 Existem quatro critérios concretos que são recomendados para selecionar outras autoridades nacionais. Os Estados-Membros tinham de escolher duas autoridades, no mínimo.

Os países a serem objeto de avaliações pelos pares em 2021 foram convidados a informar o Eurostat sobre as outras autoridades nacionais selecionadas para participar nessas avaliações pelos pares e a justificar a sua escolha. Esta informação foi partilhada com o CSEE, permitindo assim uma avaliação transparente e crítica das outras autoridades nacionais por todos os pares. Por exemplo, o relatório intercalar sobre as avaliações pelos pares apresentado na reunião do CSEE, em maio de 2021, incluiu informações sobre o procedimento e os resultados da seleção de outras autoridades nacionais para os países objeto de avaliações pelos pares em 2021 (ponto 2.4). O presidente do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística participa em todas as reuniões do CSEE e recebe toda a documentação, incluindo os relatórios intercalares das avaliações pelos pares, que proporcionam uma oportunidade para pronunciar-se sobre qualquer questão relativa a estas avaliações pelos pares.

87 Os limites impostos no sentido de três outras autoridades nacionais, no mínimo, e de seis outras autoridades nacionais, no máximo, foram acordados pelo CSEE. Com base nos critérios acordados pelo CSEE, não foi excluída qualquer outra autoridade nacional importante no contexto das avaliações pelos pares. A análise de um número selecionado de outras autoridades nacionais permite extrair conclusões a respeito de todo o sistema.

88 De acordo com a Decisão n.º 235/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística, este último tem por objetivo providenciar uma supervisão independente do Sistema Estatístico Europeu no que diz respeito à aplicação do Código de Conduta das Estatísticas Europeias.

Portanto, o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística dispõe de um mandato claramente associado à aplicação do Código de Conduta. Contribui de forma importante para as atividades que visam salvaguardar a independência, a integridade e a prestação de contas pelos membros do SEE. O seu quadro jurídico adapta-se a essa função.

89 As avaliações pelos pares constituem um mecanismo de autorregulação cuja metodologia é desenvolvida e aprovada pelo CSEE. A Comissão considera que a perspetiva da UE foi plenamente tida em conta no âmbito deste procedimento.

O Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística participou, desde o início, na conceção da metodologia das avaliações pelos pares. Participou também nas reuniões consagradas a essa temática do grupo de trabalho do SEE e do CSEE. O Eurostat informou regularmente o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística sobre o progresso das avaliações pelos pares. As recomendações do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística foram apreciadas e analisadas atentamente.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES (pontos 90-103)

90 Com base nos últimos resultados publicados a respeito do inquérito sobre o grau de satisfação dos utilizadores realizado pelo Eurostat em 2020, a maioria dos utilizadores classifica a qualidade dos dados do Eurostat como muito boa ou boa (26 % classificaram-na como muito boa e 46 % como boa), o que é corroborado pelos resultados do novo inquérito sobre o grau de satisfação dos utilizadores, realizado em 2022, em que 30 % classificaram-na como muito boa e 41 % como boa.

91 A partir de 2018, tem vindo a ser implementado um sistema de monitorização mais robusto, baseado em indicadores de melhor qualidade. Na opinião da Comissão, os novos indicadores permitirão aferir de forma objetiva, por meio de tecnologias digitais, a pertinência, a atualidade e a comparabilidade das estatísticas europeias ao longo do tempo. Realizaram-se duas avaliações intercalares e uma avaliação final da execução do programa, as quais analisaram a consecução dos respetivos, tendo as referidas avaliações sido publicadas no sítio Web do Eurostat.

92 Os utilizadores, inquiridos e outras partes interessadas no domínio das estatísticas europeias (incluindo a comunidade científica, os parceiros sociais e a sociedade civil) são representados pelos 12 membros nomeados pela Comissão.

A composição do antecessor do Comité Consultivo Europeu da Estatística (ou seja, o CEIES, Comité Consultivo Europeu da Informação Estatística nos domínios Económico e Social) era mais alargada. O CEIES foi a seguir simplificado, tendo sido transformado em Comité Consultivo Europeu da Estatística, com vista a torná-lo mais orientado para veicular as opiniões dos diversos utilizadores e mais eficaz neste âmbito.

O Eurostat aplica a definição de PME de acordo com a Recomendação da Comissão relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE) que reconhece que, para fins estatísticos, o único critério necessário é o número de efetivos. O Eurostat procederá à revisão da definição atual e ponderará a possibilidade de acrescentar critérios financeiros.

Recomendação 1 – Responder melhor às necessidades dos utilizadores

A Comissão aceita parcialmente esta recomendação.

A Comissão analisará, em cooperação com o Comité Consultivo Europeu da Estatística, as atividades e os métodos de trabalho deste último, com vista a reforçar a inclusividade. Contudo, a Comissão considera que o atual processo de seleção dos membros do Comité Consultivo Europeu da Estatística é adequado.

93 A Comissão concorda que convém afetar recursos suficientes ao Eurostat e às autoridades estatísticas nacionais através do Programa Estatístico Europeu, sendo atribuída elevada prioridade aos projetos inovadores.

O Eurostat financia atividades estatísticas sempre que esse financiamento seja previsto por lei. Em relação a todas as atividades estatísticas, incluindo as atividades obrigatórias, o financiamento do Eurostat pode destinar-se a novas metodologias, novas fontes de dados ou novos domínios de intervenção.

A Comissão está ciente da importância da avaliação qualitativa. Desde 2018, assistiram-se a melhorias com a introdução das subvenções eletrónicas, com o objetivo de dispor de justificações pormenorizadas a respeito de todas as subvenções. A Comissão toma nota da observação do TCE e continuará a trabalhar nesse sentido.

No que diz respeito aos módulos do IFT, os resumos de todos os relatórios nacionais relacionados com as subvenções estão publicamente disponíveis no sítio Web do Eurostat.

Recomendação 2 – Procurar aumentar a independência financeira do Programa Estatístico Europeu e dar prioridade a projetos inovadores

A Comissão aceita a recomendação 2, alíneas a) e b).

Em 2024, no contexto da revisão intercalar do atual Programa Estatístico Europeu, a Comissão avaliará a viabilidade de tornar o próximo Programa Estatístico Europeu menos dependente de várias fontes de financiamento.

A Comissão concorda que convém afetar recursos suficientes ao Eurostat e às autoridades estatísticas nacionais através do Programa Estatístico Europeu, atribuindo elevada prioridade aos projetos inovadores. Tal deverá permitir ao SEE desenvolver novas fontes de dados e tecnologias digitais, tirando pleno partido das mesmas, em especial para melhor satisfazer os requisitos de dados em rápida evolução relacionados com a transformação digital, a transição ecológica e as alterações climáticas, bem como no intuito de proporcionar o valor acrescentado da UE previsto a este respeito.

94 Os problemas metodológicos complexos carecem de uma análise cuidadosa e de discussões com os Estados-Membros. No intuito de assegurar a qualidade e a coerência dos dados, é importante que esses debates sejam travados de forma aprofundada antes da emissão de quaisquer orientações metodológicas.

O Eurostat continuará a debater com os Estados-Membros quaisquer melhorias eventuais em termos de apoio a conceder e analisará se, n esse contexto seriam úteis orientações internas.

95 Muito embora a Comissão reconheça a necessidade de continuar a harmonizar os relatórios dos Estados-Membros sobre a qualidade, bem como a respetiva apresentação, esses relatórios seguem as normas do SEE aplicáveis ao sistema integrado único de metadados no IFT e nas estatísticas das empresas e a norma do SEE para a estrutura dos relatórios de qualidade sobre as despesas de saúde.

96 Os controlos no local realizados nos Estados-Membros não são necessários do ponto de vista estatístico para garantir a fiabilidade dos dados nos domínios objeto de auditoria como o procedimento relativo aos défices excessivos e o Rendimento Nacional Bruto.

Na opinião da Comissão, as avaliações da qualidade do Eurostat nesses domínios baseiam-se em procedimentos de validação sólidos, em relatórios sobre a qualidade e em debates com os responsáveis pelas estatísticas dos Estados-Membros. O Eurostat continuará a melhorar a documentação destas avaliações da qualidade.

97 Se um país não enviar os dados em tempo útil, o Eurostat recorrer a estimativas para obter dados agregados da UE e assegurar a divulgação atempada dos referidos dados.

Em relação às causas de morte, a recolha de dados tem por base os microdados, ou seja, mortes individuais. Não existe uma metodologia acordada quanto à estimativa de mortes individuais. Essa estimativa acarreta o risco de não ter em conta variações importantes na evolução registada, conduzindo assim a eventuais interpretações erradas do ponto de vista epidemiológico. Portanto, não se realizaram estimativas de causas de morte para os dados agregados da França e da UE no que diz respeito a 2018.

98 Os relatórios são elaborados de acordo com as disposições dos regulamentos e tendo em conta o nível de pormenor a fornecer por um relatório dirigido ao Parlamento e ao Conselho.

Podem consultar-se informações complementares no sítio Web do Eurostat. Além disso, o Eurostat fornece regularmente informações e responde aos pedidos do Parlamento Europeu e do Conselho, por exemplo, no âmbito das perguntas do Parlamento, contactos com o Parlamento, reuniões periódicas ao nível do Conselho, conjunto de estatísticas anuais enviado ao Conselho, etc. A Comissão analisará a possibilidade de introduzir melhorias em futuros relatórios, caso necessário.

Recomendação 3 – Melhorar os relatórios dos Estados-Membros sobre a qualidade e a avaliação da qualidade das estatísticas europeias

A Comissão aceita a recomendação 3, alínea a).

A Comissão aceita parcialmente a recomendação 3, alínea b). A Comissão envidará esforços para continuar a melhorar a documentação das suas avaliações da qualidade. No que diz respeito às avaliações da qualidade, a Comissão considera que, nos domínios objeto de auditoria, realiza avaliações exaustivas da qualidade mediante procedimentos de validação sólidos, relatórios sobre a qualidade e debates com os responsáveis pelas estatísticas dos Estados-Membros.

99 Os calendários de divulgação do Eurostat são exaustivos e coadunam-se com as práticas da OCDE e dos institutos nacionais de estatística em termos das informações prestadas.

Em consonância com as práticas internacionais, as informações sobre a discriminação, a classificação utilizada e as metodologias, incluindo revisões correspondentes, figuram nos metadados dos produtos estatísticos ou na sua descrição.

O Eurostat divulga os dados do IFT em grandes quantidades, provenientes de vários países, para responder ao pedido formulado pelos utilizadores no sentido de disporem dos dados nacionais o mais rapidamente possível, mesmo se os dados agregados da UE ainda não estiverem disponíveis.

100 Consultar a resposta ao ponto 66.

Recomendação 4 – Reconsiderar a prática atual de acesso antecipado às estatísticas

A Comissão não aceita a recomendação 4, alínea a), porque a prática do Eurostat de acesso antecipado está em conformidade com o Código de Conduta, pelo que essa prática continuará a ser prosseguida.

A Comissão aceita a recomendação 4, alínea b) e reavaliará as modalidades das suas práticas atuais em conformidade.

101 As observações do TCE referem-se às recomendações do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística.

Relativamente às recomendações 1 a 4 da avaliação pelos pares de 2014 no âmbito do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística quanto à legislação sobre a nomeação e destituição dos quadros superiores, o Eurostat manifestou opiniões divergentes a este respeito, que comunicou ao Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística.

No que diz respeito ao acesso antecipado à informação, a prática atual do Eurostat está em conformidade com o Código de Conduta.

Consultar a resposta pormenorizada ao ponto 73.

102 O acompanhamento das medidas de melhoria da avaliação pelos pares não se baseou apenas na confiança. O Eurostat realizou controlos para verificar a sua aplicação, tendo transmitido informações periódicas ao CSEE. Deste modo, o controlo cruzado foi assegurado também ao nível desse comité.

No âmbito da última ronda de monitorização, o Eurostat procedeu a uma verificação dos progressos comunicados pelos INE, por exemplo, verificou se as informações estavam disponíveis no sítio Web, se os documentos tinham sido elaborados, etc. Quando necessário, transmitiram-se cartas aos Estados-Membros a solicitar informações complementares.

A fim de corrigir a falta de participação numa fase suficientemente precoce dos altos representantes das principais partes interessadas, no âmbito da terceira ronda de avaliações pelos pares do SEE foi lançada uma campanha de informação e proposta a participação, nomeadamente, do ministério de tutela/entidade estatal responsável.

103. A preparação e a realização de avaliações pelos pares sólidas são morosas. É necessário retirar ensinamentos das rondas anteriores, alterar o Código de Conduta, caso necessário, desenvolver metodologias e documentos de apoio a acordar pelo CSEE e proceder a avaliações pelos pares.

O intervalo de tempo observado entre duas rondas de avaliações pelos pares não é considerado uma questão importante. É de notar também que o impacto da COVID-19 deslocou o período de execução da terceira ronda de 2020-2022 para 2021-2023.

Recomendação 5 – Avaliar a viabilidade de reforçar o mandato do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística

A Comissão não aceita esta recomendação.

De acordo com a Decisão n.º 235/2008/CE que cria o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística, o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística tem por objetivo providenciar uma supervisão independente do Sistema Estatístico Europeu no que diz respeito à aplicação do Código de Conduta das Estatísticas Europeias. As avaliações pelos pares são utilizadas para avaliar, com base numa metodologia transparente, o cumprimento do Código de Conduta pelo Eurostat e pelo SEE. O Eurostat considera que o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística dispõe de amplos poderes para tomar medidas e manifestar os seus pontos de vista sobre as avaliações pelos pares.